

Declaração dos Parceiros Sociais

A emergência COVID-19 criou uma situação grave, de âmbito global, que só pode ser resolvida com respeito e reforço da cooperação internacional. A Declaração Conjunta, de 16 de março, dos parceiros europeus representados no Comité Económico e Social Europeu, apelando à conjugação de esforços, manifesta confiança nas medidas adotadas ou em preparação pela União Europeia e testemunha a unidade de ação, essencial neste momento crítico e de desfecho ainda imprevisível.

A ação conjunta torna-se mais que indispensável à escala nacional.

Os Parceiros Sociais representados no Conselho Económico e Social, reunidos no âmbito dos trabalhos da Comissão Permanente de Concertação Social recomendam:

1. A execução das medidas compensatórias de natureza económica e social que se revelem mais ajustadas à preservação e viabilização das empresas e dos empregos, aplicando-as no sentido de garantir equilíbrio na repartição de encargos, equidade, rapidez na aplicação e ampla divulgação junto de todas as estruturas empresariais, trabalhadores, setores sociais e sociedade em geral.
2. A adoção de medidas que facilitem a aquisição e operacionalização de equipamentos, medicamentos, dispositivos de proteção e material de consumo, indispensáveis para que o SNS possa cumprir eficaz e eficientemente a sua missão de proteger e promover a saúde dos Portugueses.
3. A articulação do SNS com os setores privado e social com vista à identificação, articulação e operacionalização dos recursos humanos, materiais e organizativos, bem como com os profissionais aposentados ou no ativo, estudantes e demais especialistas que se têm apresentado voluntariamente.
4. A disponibilidade para apoiar as medidas que a Autoridade de Saúde Nacional considere ou venha a considerar indispensáveis para lutar contra a pandemia, nomeadamente o confinamento domiciliário, a quarentena, o encerramento de fronteiras, ou mesmo a declaração do estado de emergência.

5. A atuação junto das instâncias europeias para rápida adoção das medidas económicas e financeiras necessárias à proteção e desenvolvimento das economias nacionais, exortando a Comissão Europeia a reconhecer que a resposta a esta nova crise não pode ser paralisada por procedimentos de défices excessivos ou outros que dificultem os objetivos de coesão, agravando as desigualdades entre Estados-membros.

Os parceiros sociais associam-se ao esforço nacional, incentivam e apoiam o trabalho do Governo no sentido de, com respeito pelo diálogo social, antecipar e executar medidas que permitam responder com êxito ao difícil momento que vivemos, com vista a uma rápida recuperação económica e social.

Lisboa, 17 de março de 2020

Os Parceiros Sociais:

Confederação Empresarial de Portugal (CIP)

União Geral de Trabalhadores (UGT)

Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP)

Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP)

Confederação do Turismo de Portugal (CTP)